

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**UM DESAFIO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA:
DESTACAR A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO SUCESSO DA
APRENDIZAGEM DO ALUNO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Suzana Elisa Müller Kuhn

**Tio Hugo-RS, Brasil
2011**

**UM DESAFIO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA:
DESTACAR A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO SUCESSO DA
APRENDIZAGEM DO ALUNO**

por

Suzana Elisa Müller Kuhn

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização
Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Ms. Clarice Zientarski

**Tio Hugo-RS, Brasil
2011**

**Universidade Federal De Santa Maria
Centro De Educação
Curso De Pós-Graduação A Distância
Especialização Lato-Sensu Em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**UM DESAFIO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA:
DESTACAR A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO SUCESSO DA
APRENDIZAGEM DO ALUNO**

elaborada por
Suzana Elisa Müller Kuhn

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão Examinadora

Clarice Zientarski, Ms (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Ms (UFSM)

Izabel Cristina Uaska Hepp, Ms (UFSM)

Tio Hugo, 17 de setembro de 2011.

AGRADECIMENTO

Agradeço principalmente a DEUS, por tudo o que sou por tudo o que tenho, por ser eu esta pessoa firme, decidida e capaz.

Agradeço a minha querida orientadora, Clarice Zientarski, que me guiou através dos ensinamentos para além das filosofias e das técnicas: para uma aprendizagem significativa.

Agradeço a minha família, amigos, colegas de curso e professores.

Muitas lutas se passaram e muitas ainda virão. Porém apenas, leva-se uma certeza, de que caminharemos juntos até o final.

Suzana Elisa Müller Kuhn

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

UM DESAFIO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESTACAR A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO SUCESSO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO

AUTORA: SUZANA ELISA MÜLLER KUHN

ORIENTADORA: Prof^a. Ms. CLARICE ZIENTARSKI

Data e Local da Defesa: Tio Hugo/RS, 17 de setembro de 2011.

Este trabalho de conclusão de curso apresenta como tema o desafio que se apresenta para a Gestão Democrática, que é destacar a importância da família no aprendizado do aluno. O objetivo da pesquisa foi identificar a importância da participação da família no contexto escolar, contribuindo no processo de ensino e aprendizagem do educando. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, fundamentada em referencial bibliográfico. A importância da família no sucesso da aprendizagem do aluno centra-se num processo de interação entre a escola e a família do aprendiz, por meio dos aspectos cognitivos, sociais e afetivos. Constata-se que é na família que começa o processo de ensino e aprendizado, dando início às responsabilidades, os limites e a autoconfiança, fatores que influenciarão significativamente na vida da criança, no seu convívio com as pessoas, com colegas, professores e sociedade. Conclui-se que é de fundamental importância a família juntamente com a atuação da escola agindo de forma a ampliar a noção de meio social, pois é neste sentido que a família e a escola devem se preocupar: com a socialização e felicidade das crianças.

Palavras-Chave: Família - Escola - Ensino - Aprendizagem - Socialização

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A CHALLENGE TO THE DEMOCRATIC MANAGEMENT: HIGHLIGHTING THE IMPORTANCE OF FAMILY SUCCESS IN STUDENT LEARNING

Author: SUZANA ELISA MÜLLER KUHN
Person who orientates: Prof^a. Ms CLARICE ZIENTARSKI
Uncle Hugo/RS, 17 of September of 2011.

This conclusion of course work has as its theme the challenge that presents itself to the Democratic Administration, which is to highlight the importance of family in student learning. The aim was to identify the importance of family participation in the school context, contributing in the process of teaching and learning of the student. It is a qualitative research approach, based on bibliographic references. The importance of family in the success of student learning focuses on a process of interaction between the school and the family of the apprentice, through cognitive, affective and social. It appears that the family is beginning the process of teaching and learning, giving birth to the responsibilities, boundaries and self-confidence, factors that significantly influence the child's life, in your associations with people, colleagues, teachers and society. We conclude that it is of fundamental importance to the family along with the acting school acting to broaden the notion of the social environment, it is this sense that the family and school should be concerned: with socialization and happiness of children.

Word-Key: Family - School - Education - Learning - Socialization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema Evolutivo da aprendizagem:.....	36
----------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPITULO I	13
O ENSINO E APRENDIZAGEM NA VIDA HUMANA	13
1.1. O que é aprendizagem?	15
1.1.1 Aprendizagem Motora	15
1.1.2 Aprendizagem Cognitiva	15
1.1.3 Aprendizagem Afetiva ou Emocional	15
CAPITULO II	17
A IMPORTANCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO	17
2.1. Conhecer a Criança	17
2.2 Estabelecer critérios educativos comuns	18
2.3. Oferecer modelos de intervenção e de relação com as crianças	19
2.4. Formas de trabalho da escola infantil com a família: individuais e coletivas	19
2.5 A Construção da ética e da moralidade no cotidiano escolar	21
2.6 A família e os problemas de aprendizagem	21
2.6.1 Família e aprendizagem	23
2.6.2 O papel da escola e da família	24
CAPITULO III	27
A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA E A INSERÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA	27
3.1. Gestão democrática da Educação: modalidades de participação da comunidade escolar	29
3.2 Instrumentos fundamentais à construção da gestão democrática: a prática pedagógica	32
3.3 A Participação dos Pais no Contexto Escolar e as influencias na Aprendizagem dos alunos	34
3.4 Participação e Gestão Democrática Escolar	38
3.5 A importância da família na construção de uma comunidade democrática de aprendizagem	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

Na Antiguidade, a educação acontecia no cotidiano de cada indivíduo. Por intermédio da convivência com membros mais velhos da comunidade, amigos e vizinhos, as pessoas interiorizavam os valores e as normas sociais do ambiente em que viviam. Também a educação para o trabalho era assim executada.

Os jovens, a partir do momento em que adquiriam condições para trabalhar, eram colocados como aprendizes de ofício, trabalhando junto com os adultos para aprenderem uma profissão. Na Idade Média a educação não era sistemática e não havia sido ainda institucionalizada. A transmissão do saber não era uma atividade especializada, mas fruto do saber cotidiano.

Com o início da Idade Moderna, a grande ciência do conhecimento se fragmenta em diversas áreas. O homem já não conseguia deter todo o conhecimento existente. Esta situação trouxe consigo a necessidade de reformular toda a estrutura social. Era o início da modernidade (SÁ, 2001).

No contexto mais recente, quando a luta pela democracia atingiu os mais diferentes setores da sociedade, e os aglutinou em torno da eleição direta para a Presidência da República, a orientação desta luta assumiu novos contornos teóricos e práticos.

Ainda estamos muito distantes da utopia, a construção da sociedade democrática, mas a sociedade civil saiu fortalecida, no sentido de que avança a consciência dos direitos sociais. A gestão democrática da escola pública deve ser incluída no rol de práticas sociais que podem contribuir para a consciência democrática e a participação popular no interior da escola.

Esta consciência e esta participação, é preciso reconhecer, não têm a virtualidade de transformar a escola numa escola de qualidade, mas tem o mérito de implantar uma nova cultura: a politização, o debate, a liberdade de se organizar, em síntese, as condições essenciais para os sujeitos e os coletivos se organizarem pela efetividade do direito fundamental: acesso e permanência dos filhos das classes populares na escola pública

A sociedade passou a buscar a renovação em todos os contextos sociais. Os estilos de vida, até então estabelecidos, perderam sua razão de ser, em virtude das mudanças ocorridas nas certezas e nas crenças construídas ao longo dos tempos, os jovens são afastados de suas famílias para aprenderem com outros adultos, seguindo metodologias e currículos comuns.

Assim todos os estudantes passaram a estudar e a absorver conhecimentos estandardizados e necessários a uma formação profissional.

Este método de ensino trouxe consigo uma nova situação. Ao estarem os alunos juntos, com os mesmos professores e aprendendo as mesmas coisas, percebeu-se que nem todos aprendiam e aprendem com a mesma facilidade e com a mesma rapidez. Com isso surgem diversos problemas educacionais tais como: dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento escolar, evasão escolar, grande desinteresse pelo aprendizado, problemas com disciplina, insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, vulnerabilidade às drogas, atitudes fortes, comportamentos agressivos e dificuldades de adaptação.

Neste sentido, constatamos que tão importante como as ideias, é o equilíbrio emocional, o desenvolvimento de atitudes positivas perante a si mesmo e aos outros, aprender a cooperar, a viver em sociedade, em grupo, a gostar de si e dos demais, pois, os alunos só terão sucesso na escola, no trabalho e na vida social se tiverem autoconfiança e auto-estima.

Atualmente, o desafio da escola diante das dificuldades enfrentadas busca salientar a importância da família no sucesso da aprendizagem do aluno. Esta mediação centra-se numa relação entre a família e a escola, contribuindo positivamente com o ensino e aprendizagem de cada educando, pois, o encanto pelo aprender não é uma atividade que surge abertamente nos alunos, quando uma tarefa não é realizada com satisfação, sendo em alguns fatos encarada como obrigação.

Os educandos necessitam sentir-se seguros, sem medo para aprender, ou expressar seus conhecimentos advindos muitas vezes de culturas, hábitos, costumes diferentes, etc. Para que este processo ocorra, o educador precisa ter consciência de suas ações em relação aos seus educandos, uma vez que as emoções também fazem parte desse processo, estruturando a inteligência do indivíduo.

No espaço de convivência que é a família, as pessoas vão construindo sua identidade, sua personalidade e estabelecendo seu equilíbrio afetivo e emocional. Ali é lançada e cultivada a semente do amor que vai orientar as relações entre as pessoas que formam a família e vai determinar, de certo modo, o comportamento social de cada um.

Quando uma criança entra na escola, lá nos seus primeiros anos de vida, ela leva consigo todo este comportamento adquirido na família. Segundo Ceccon *et al* (1982, p. 16) “para muitos alunos a escola é um lugar no qual eles não se sentem bem nem à vontade. Mesmo aqueles que, fora da escola, são faladores, espertos, curiosos e alegres, dentro da sala de aula vão ficando calados, passivos e tristes”.

Dentro deste contexto, muitas crianças e jovens no período escolar não conseguem aprender. Ao analisar a questão do fracasso escolar, ou seja, dos problemas de aprendizagem atribuída muitas vezes os seus resultados a falta de interesse, a ausência de investimentos na aprendizagem e até mesmo a existência de alguma deficiência que impede a aprendizagem de transcorrer normalmente.

É comum também que o problema seja atribuído ao contexto familiar, as condições sociais do aluno e, ainda, a privação cultural (SERRA, 2006). Todos estes fatores podem representar, causas para o não-aprender. É neste sentido que a família e a escola devem estar unidas, ou seja, pais, educadores, coordenadores, devem fazer parte de uma harmoniosa relação. É necessário que a família seja convidada para oferecer dados e receber ajuda dentro dos limites e possibilidades da escola.

A aprendizagem é um processo, uma atividade interior que tem um início, um desenvolvimento e um fim. Nesse sentido, a aprendizagem é algo muito pessoal, mas que pode ser influenciada, com êxito, por pessoas habilitadas através de estímulos e técnicas.

O educador, precisa ter claro seus objetivos, conteúdos e métodos para o desenvolvimento de uma aula clara e organizada, facilitando assim a compreensão da matéria pelos educandos, o educador deve lançar mão de atividades que envolvam os conhecimentos prévios dos alunos e a revisão desta para uma melhor compreensão e fixação dos conteúdos apresentados.

O processo de aprender não está relacionado apenas com as capacidades intelectuais de cada aprendiz, mas, de uma forma mais ampla, o processo de aprender envolve, para além das nossas habilidades cognitivas, as relações estabelecidas entre professor e aluno, e consequentemente a relação que se contrói em torno do ensino e da aprendizagem (BESSA, 2006).

Segundo Oliveira (2006 p. 80), diz que:

As relações família e escola devem ser caracterizadas pelo esforço comum em prol do desenvolvimento do educando. A escola não deve manter o sintoma familiar, mas se apropriar de mecanismos que favoreçam a transformação, o crescimento e a aprendizagem (OLIVEIRA, 2006, p. 80).

A família se insere neste espaço do sistema escolar, participando de seu cotidiano, por meio de regras e normas, propondo algumas vezes mudanças nessa dinâmica, pois entram em confronto a exigência da escola e as demandas da família. Neste sentido diante dos aspectos elencados anteriormente, este trabalho tem como objetivo geral identificar a importância da participação da família no contexto escolar contribuindo no processo de

ensino e aprendizagem do educando. Além desse objetivo, busca especificamente analisar as relações entre o envolvimento da família com a escola e aprendizagem do aluno, pesquisando sua relação com o desempenho escolar.

Pretende também diagnosticar o papel da escola na conscientização da participação da família no processo de ensino-aprendizagem e verificar se os valores familiares influenciam no processo ensino e aprendizagem do educando no contexto escolar.

CAPITULO I

O ENSINO E APRENDIZAGEM NA VIDA HUMANA

O ensino e a aprendizagem são processos tão antigos quanto à própria humanidade. Com o passar do tempo, o ensino e a aprendizagem adquiriram cada vez mais importância. Por isso, muitas pessoas começaram a se dedicar exclusivamente a tarefas relacionadas com o ensino. Com isso surgiram também as escolas que são instituições voltadas a essas tarefas.

Mas, afinal o que é ensino e o que é aprendizagem? Partimos da seguinte constatação. Barbosa (2006, p. 49-50) explica que:

Não é só na escola que se aprende ou que se ensina. Em casa, na rua, no trabalho, no lazer, em contato com os produtos da tecnologia ou em contato com a natureza, estamos sempre aprendendo. Enfim, em todos os ambientes e situações, podemos aprender e ensinar. E, cada situação pode ser uma situação de ensino e aprendizagem que consiste em ser capaz de indagar, pesquisar, procurar alternativas, experimentar, analisar, dialogar, compreender, ter uma atitude científica perante a realidade (BARBOSA, 2006, p. 49-50).

O ensino visa à aprendizagem. A aprendizagem é um acontecimento bastante complexo, mas existem hoje muitas Teorias sobre a aprendizagem. Pois ela não é só um procedimento de obtenção de conhecimentos, conteúdos ou informações.

A aprendizagem é um processo de aquisição e assimilação de novos padrões e formas de perceber, ser, pensar e agir. Assim podemos dizer que a aprendizagem é a alteração de comportamento, isto é, são modificações que o ensinante provoca no aprendente através da atitude de pensar, sentir e agir (BARBOSA, 2006).

No passado, os conhecimentos eram organizados em disciplinas autônomas que faziam parte dos currículos escolares e, por vezes, foi incrementada uma aprendizagem de tipo cumulativo de cada uma delas. Hoje, fala-se da visão parcial por elas veiculada e apela-se para um conhecimento cada vez holístico e integrado (BARBOSA, 2006).

Compete ao aluno orientar a sua vontade de aprender, tendo em conta as suas potencialidades e aptidões, concentrando a sua atenção e seus esforços em tarefas fundamentais, de modo a construir a sua estrutura do saber e do saber fazer de forma organizada clara e significativa.

Para Teles (1987, p. 117) aprender um assunto envolve três processos quase simultâneos:

1. Aquisição de nova informação.

2. Incorporação desta na experiência da pessoa.
3. Avaliação ou emprego desta informação na vida prática.

Ainda para o mesmo autor, um ato de aprendizagem, a informação nova que pretendemos assimilar, ou substituí o que já se sabia ou é inteiramente nova. O item incorporação ou transformação do conhecimento novo em nossa experiência implica sempre uma tendência para seu emprego ou uso com vistas a irmos mais além, enfim utilizá-lo. Neste sentido, o segundo item está intimamente ligado ao terceiro: verificar se o modo pelo qual manipulamos a informação é adequado à tarefa (TELES, 1987).

Um episódio de aprendizagem pode ser breve ou longo, conter muitas ou poucas ideias. A duração de um ato de aprendizagem depende da motivação e das condições em que se encontra o aluno para sustentá-lo.

Teles (1987, p. 118) discorre que:

Em termos práticos, aprendizagem é a modificação da conduta interna ou externa mediante a experiência ou prática. As modificações no nosso comportamento, mediante a aprendizagem, não devem ser confundidas com aquelas que são determinadas pela maturação. Há aprendizagem quando as transformações não são e não podem ser explicadas pelo desenvolvimento natural do organismo. A aprendizagem é a organização feita pelo indivíduo de um comportamento novo mediante a experiência. Quando você soube o que é aprendizagem, fez uma descoberta e uma incorporação para o futuro de uma nova maneira de comporta-se em relação a esta palavra, que representa uma situação a que se submete a pessoa. A aquisição de significado é uma mudança na conduta interna (TELES, 1987, p.118).

Segundo a Psicologia, a educação, procura utilizar os princípios e as informações que as pesquisas psicológicas oferecem acerca do comportamento humano, para tornar mais eficiente o processo ensino e aprendizagem.

Segundo Piletti (2000, p. 20) a contribuição da Psicologia da Educação abrange dois aspectos fundamentais:

- a) Compreensão do aluno. Compreensão de suas necessidades suas características individuais e seu desenvolvimento, nos aspectos físico, emocional, intelectual e social. O aluno deve ser visto não como um ser abstrato, mas que sente que tem preocupações, problemas, e que estes fatores precisam ser compreendidos pelos Educadores e por demais profissionais da escola.
- b) Compreensão do processo ensino e aprendizagem. Para os educadores, não é suficiente conhecer o aluno. É de fundamental importância que ele saiba como funciona o processo de aprendizagem, quais os fatores que facilitam ou prejudicam a aprendizagem.

Assim, dentro desta visão, em que educar é formar e aprender, é construído o próprio saber. E o ato de ensinar e aprender consiste em realizar os objetivos propostos por toda a comunidade educativa.

1.1. O que é aprendizagem?

O ensino visa à aprendizagem. Mas o que é aprendizagem? É um fenômeno bastante complexo, mas existem hoje muitas Teorias sobre a aprendizagem. Não é apenas um processo de aquisição de conhecimentos, conteúdos ou informações (BARBOSA, 2006).

As aprendizagens, que hoje são propostas a diversos níveis de ensino, são formulações de descobertas, relatos e elaborações que levaram anos para se constituírem como corpo de conhecimento.

Aprendizagem é um processo de aquisição e assimilação de novos padrões e formas de perceber, ser, pensar e agir. Assim, podemos dizer que a aprendizagem é a mudança de comportamento, ou seja, são todas as transformações que o professor provoca no aluno na maneira de pensar, agir e sentir.

Segundo Barbosa (2006, p. 53) há diferentes tipos de aprendizagem:

1.1.1 Aprendizagem Motora

A aprendizagem motora consiste na aprendizagem de hábitos que incluem simples habilidades motoras, por exemplo: aprender a andar, aprender a dirigir um carro, aprender a falar e a escrever.

1.1.2 Aprendizagem Cognitiva

A aprendizagem cognitiva abrange a aquisição de informações e conhecimentos, por exemplo: aprender os princípios e Teorias Educacionais.

1.1.3 Aprendizagem Afetiva ou Emocional

A aprendizagem afetiva ou emocional diz respeito aos sentimentos e as emoções, por exemplo: apreciar uma obra de arte. É importante observar, com relação aos tipos de

aprendizagem, que não se aprende uma só coisa de cada vez, aprendemos varias. Para que alguém aprenda, é necessário que queira aprender. Por isso, é muito importante que o professor saiba motivar seus alunos.

O professor pode criar uma situação favorável à aprendizagem, por meio de uma variedade de recursos, métodos e procedimentos de ensino. Para criar essa situação, o professor deve:

- Conhecer os interesses atuais dos alunos para mantê-los ou orientá-los nas aulas.
- Buscar uma motivação duradoura para conseguir do aluno uma atividade interessante e alcançar o objetivo da aprendizagem.

Entre a motivação e aprendizagem, existe uma mútua relação que o professor não deve esquecer:

- Sem motivação, não há aprendizagem.
- Os motivos geram novos motivos.
- O êxito na aprendizagem reforça a motivação.

Desta forma se poderia concluir que não há ensino sem a aprendizagem, há uma relação entre o ensino e aprendizagem e, ensinar e aprender são processos complementares na construção do conhecimento.

Estas prerrogativas, entretanto, sozinhas não garantem o sucesso da aprendizagem dos educandos, pois, para que efetivamente os professores e as escolas consigam realizar seu trabalho e obter os resultados propostos a família de cada um dos educandos e de todos, no sentido de construir uma identidade coletiva da escola são fundamentais. Isto é o que será visto na sequencia deste trabalho.

CAPITULO II

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO

Na educação da criança entre zero a seis anos o contato permanente entre os pais, as mães e os professores, costuma ser mais frequente do que em outras etapas, ou seja, nas creches e/ou nas escolas de educação infantil.

Conforme Sebastiane (2009 p. 215), o relacionamento é,

[...], porém, um dos aspectos mais difíceis do trabalho nos primeiros anos da educação infantil, tanto quanto é também fundamental para o desenvolvimento das crianças e para a evolução da imagem da instituição de educação infantil. (SEBASTIANE, 2009, p. 215).

De certa maneira, é de se esperar que esta tarefa de educar uma mesma criança de forma compartilhada, a partir de contextos tão diferentes como a creche e a casa, acabe fazendo com que surjam dificuldades e conflitos.

Quando ouvimos os professores falarem dos pais das crianças, um dos problemas mais citados é com relação a uma série de comportamentos e atitudes dos pais que eles consideram equivocados e que afetam direta e negativamente a educação das crianças e por isso afrontam os educadores. O interessante a observar é que essas queixas costumam ser as mesmas em alguns motivos para compartilhar a educação.

Segundo as educadoras espanholas Huguet e Solé (1999 apud SEBASTIANE, 2009) relatam que:

As relações entre a família e o professor devem concretizar o objetivo geral de compartilhar a ação educativa. Elas apresentam uma proposta que pretende por em prática algumas questões consideradas de grande importância na educação das crianças (HUGUET E SOLÉ, 1999 apud SEBASTIANE, 2009, p. 217).

O compartilhamento entre a família e a escola no papel do professor, devem fazer parte do processo ensino e aprendizagem do educando, afluindo nele não só os aspectos técnicos, isto é, assimilação do conteúdo, a aprendizagem, mas principalmente a sua autoestima de socialização de participar, de um grupo.

2.1. Conhecer a Criança

Conhecer a criança envolve diferentes contatos nos quais é possível aprofundar algumas impressões iniciais, deixar de lado outras e criar novas. Pais e mães aprendem a

conhecer novas dimensões de seus filhos, pois, não há dúvidas que nos primeiros anos de vida da criança no convívio escolar ocorre uma ampliação do meio social em que a criança vive e, portanto, instrumento de seu desenvolvimento.

Nesse momento em que se procura conhecer a criança é possível acontecerem “rótulos” a ela (é uma criança agitada, desatenta, etc.), por isso, é importante que os adultos que a educam e com ela convivem tenham consciência deste perigo e tomem todo o cuidado para não transmitir essas classificações à criança (SEBASTIANE, 2009).

Desta forma se pode pensar que a criança tem condições de mudar e precisamos estar abertos a essas novas possibilidades de ser e de agir.

2.2 Estabelecer critérios educativos comuns

Esse conhecimento compartilhado entre a família do educando e o professor vai permitir que sejam estabelecidos critérios educativos comuns. Isto é, apesar dos contextos sociais diferentes, a casa e a escola. É importante que existam acordos com relação a determinadas proibições e permissões. Essa coerência irá contribuir para o desenvolvimento da criança.

Ainda segundo Sebastiane (2009, p. 219):

Não podemos esquecer, no entanto, que cada família é diferente, que não existe um modelo padrão de família e que, por isso, não adianta querermos que todas reajam da mesma maneira a solicitações da escola onde o filho está inserido. Este fato quase sempre gera comparações e isso nada vai ajudar a criança (SEBASTIANE, 2009, p. 219).

Neste sentido, como cada família tem seus hábitos, seus costumes, culturas diferentes, assim são os alunos, cada qual com visões e percepções diferentes, cada aluno deve ser visto, como um ser único, singular, com características, habilidades próprias.

O educador precisa então, além de conhecer o aluno em sala de aula, conhecer, e querer saber o contexto em que está inserido, trabalhar com as realidades distintas, para uma melhor compreensão do educando.

2.3. Oferecer modelos de intervenção e de relação com as crianças

A importância da educação da criança compartilhada com a família é uma oportunidade que a escola tem de mostrar para os pais como as crianças se relacionam com as outras pessoas dentro do contexto escolar. Eles poderão ver que ela reage diferentemente do modo como reagiria na sua casa.

É comum os pais ficarem impressionados quando presenciam seus filhos se socializando com os demais. Neste sentido os pais podem aprender a partir desse modelo, compreendendo melhor seu filho e percebendo a possibilidade de modificar seu modo de agir.

A instituição de Educação Infantil deve abrir as portas para os pais das crianças. É fundamental que as famílias tenham a oportunidade de saber como é o funcionamento da escola e que possam reconhecer e valorizar os profissionais da educação, em especial, aquele que tem conhecimento específico para educar as crianças.

A participação da família precisa ter delimitações de horários, garantido assim, um adequado atendimento aos pais e às crianças.

2.4. Formas de trabalho da escola infantil com a família: individuais e coletivas

Para conhecer melhor cada família, seu modo de vida, o sistema de educação da criança, para estabelecer a compreensão mútua e a confiança necessária.

Destaca Sebastiane (2009, p. 218) “os professores das pré-escolas podem utilizar algumas formas de trabalho individual com os pais”, tais como:

- Entrevista antes da inserção da criança.
- Contatos informais e cotidianos.
- Entrevistas solicitadas.

Geralmente quando os pais matriculam os seus filhos em uma creche ou na pré-escola (escola infantil) preenchem um formulário com informações essencialmente burocráticas, com nome, endereço, profissão, etc.

Porém, existe ainda a possibilidade de que, após esse primeiro contato, seja realizado outro: entrevista (qualitativa) antes da inserção da criança. O objetivo desta entrevista é iniciar um trabalho de crescimento mutuo – família e instituição de ensino – e de colaboração entre

ambas as partes. Conforme a faixa etária da criança, os conteúdos e os objetivos da entrevista podem variar (SEBASTIANE, 2009).

Para conhecer e estabelecer relações coletivas no processo, as reuniões são importantes e podem ser realizadas com os pais de todas as crianças ou por uma turma, de acordo com o objetivo do encontro.

Conforme Sebastiane (2009, p. 219):

As reuniões podem também ser dirigidas pelos profissionais da própria instituição – professor – diretor – psicólogo, entre outros, ou então por profissionais convidados pela escola, um sociólogo, um assistente social, para falar sobre algum assunto específico (SEBASTIANE, 2009, p. 219).

Além das formas individuais de entrevistas e conversas, e das reuniões, os pais podem ter outros canais de participação. Isto é, por meio da representação dos pais nos Conselhos ou associações.

A forma como essa representação vai ocorrer, a definição das competências e das atribuições que os pais representantes assumirão poderá ser bem variada e dependerá da organização de cada instituição.

Outra forma de possibilitar a participação dos pais no trabalho realizado pela escola é por meio de exposições, mural ou outros métodos visuais, sempre favorecendo um alto grau de aprendizagem aos alunos por meio deste convívio dos pais no contexto escolar de seus filhos (SEBASTIANE, 2009).

Projetos e trabalhos realizados pelas crianças (fotos, explicações simples, exposição dos próprios trabalhos) tudo isso gera autoestima na criança favorecendo uma boa aprendizagem e motivação na escola. Indicações de peças importantes de teatro ou outro evento interessante para as crianças e as famílias, que estejam acontecendo na cidade.

Neste sentido a família da criança poderá inserir-se nos projetos participando de forma ativa, para que as crianças sintam-se importantes perante os professores e demais pais de seus colegas.

E finalmente, uma das formas mais comuns é a participação da família nas festas: bingos, bazar, festa junina, entre outros eventos realizados pela escola com ajuda das famílias das crianças.

2.5 A Construção da ética e da moralidade no cotidiano escolar

A escola é sem dúvida, um espaço de múltiplas aprendizagens. Com uma proposta inicial de promover aprendizagens sistemáticas e transmissão de cultura, transmite também valores e forma o indivíduo do ponto de vista afetivo e social.

Segundo Serra (2006, p. 67) refere-se quanto ao aspecto social:

Encontramos um conteúdo de muita importância, que é a construção da moralidade do sujeito. É certo que não só a escola possui essa tarefa, pois a criança receberá muitas influências da família, da comunidade em que vive, enfim o contexto social possui um peso significativo na apreensão de valores e regras (SERRA, 2006, p. 67).

A escola cumpre o papel de preparar as crianças para viverem no mundo do adulto, trabalhando e assimilando a cultura, as regras sociais, os conhecimentos básicos, os valores morais coletivos, os comportamentos considerados adequados pela sociedade, estabelecendo uma mediação entre a criança e a sociedade (BOCK, 2001).

Segundo Libâneo (1998, p. 47) comenta que:

O trabalho docente constitui o exercício profissional do professor e este é o seu primeiro compromisso com a sociedade. Sua responsabilidade é preparar os alunos para se tornarem cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política. A característica mais importante de atividade profissional do Educador é a mediação entre o educando e a sociedade, entre as condições de origem do aluno e a sua destinação social, na sociedade, papel que cumpre provendo as condições e os meios que assegurem o encontro do educando com as matérias de estudo. Para isso, o Educador tem o dever de planejar, desenvolver suas aulas e avaliar o processo de ensino (LIBÂNEO, 1998, p.47).

Neste sentido, em virtude da necessária vinculação dos métodos de ensino com os objetivos, a decisão de selecioná-los e utilizá-los em sala de aulas, dependem muito de uma concepção metodológica mais ampla do processo educativo.

2.6 A família e os problemas de aprendizagem

Pensar na escola e pensar na família, é preocupar-se no bom desempenho escolar do educando, considerando o processo de aprendizagem, como resultante de uma construção que envolve as relações do sujeito aprendente, nos vários contextos em que está inserido. Assim, não se pode deixar de preocuparmos com o processo relacional que se estabelece entre a

escola e a família, proporcionando no aprendente, um estímulo voltado ao seu desempenho escolar.

A dificuldade de aprendizagem não pode ser compreendida como uma “falta” individual, mas como uma confluência de fatores que envolvem vigorosamente família, escola e sujeito, estabelecendo uma rede ampla de relações sociais. Estes elos relacionais revelam uma nova configuração da responsabilidade, antes localizada no próprio sujeito (OLIVEIRA, 2006).

Caracterizando a escola como uma instituição como sistema aberto, com fronteiras que assumem um caráter relacional com outros sistemas, estes sistemas podemos defini-los como: escola, sociedade e família. Esta abordagem direcionada à escola estabeleceu-se também sobre a visão do processo de aprendizagem, isto é como as crianças aprendem?

A família também é caracterizada como um sistema aberto, tendo seu processo de alfabetização, tanto assistemática, como sistemática. Esta descrição posiciona a família como intermediária de um sistema social mais amplo. Pois é a família que tem que ajustar normas e valores, por isso a família é caracterizada como um sistema aberto.

Ao mesmo tempo em que ela assegura para a criança padrões universal e de valores para que ela se sinta pertencente aquele contexto social, a família assegura à sociedade a continuidade de sua cultura e de seus valores.

Segundo Oliveira:

A família em relação á sua estrutura, seu contexto em seus processos. Em relação à estrutura, podemos pensar na sua organização, na divisão de funções, nas regras e nos limites e na hierarquia. A ideologia familiar, suas crenças, seus ideais, estabelecem características de visão de mundo que permanece através de gerações, concretizando seu contexto. E em relação ao processo, podemos pensar em que momento evolutivo se encontra, de que forma se cria a comunicação verbal e não-verbal e a forma de modelos funcionais. O pensamento sistêmico, voltado para a estrutura familiar, nos leva, a pensar a aprendizagem e seus desvios, como delimitando um sintoma, em alerta. Neste caso, fatores situacionais internos e externos podem romper o equilíbrio na totalidade familiar (OLIVEIRA, 2006, p. 77).

Como sistema aberto, a família procura manter seu equilíbrio o maior tempo possível, agindo a partir de suas normas regulamentares. É muito comum que as expectativas dos pais que recaem sobre seus filhos sejam pelos desempenhos satisfatórios, intelectuais de sucesso, pois isto garante o bom desempenho da atuação de suas ações.

Caso, isso não ocorra, ou seja, a não-correspondência a estas expectativas caracteriza-se um momento difícil de enfrentamento, podendo desta forma, gerar dificuldades muito maiores, estagnando padrões de relação e flexibilidade.

A dificuldade de aprendizagem pode, portanto, caracterizar-se como um sintoma que emerge em uma situação familiar. Pois dentro do ciclo vital evolutivo da família, espera-se que a criança em idade escolar, atinja os objetivos, tais como: A alfabetização.

Caso não ocorra a alfabetização tal qual é desejada na idade dos sete anos, o fato destas funções não ocorrer determina algumas resistências na família, emergindo um sintoma, que é localizado na criança. Neste sentido, a dificuldade de aprendizagem não pode ser explicada somente pelo viés do sujeito aprendiz, como se ocorresse um processo individualizado.

A família sempre exigiu da escola, uma maior qualidade e competência, em preparar o sujeito para a complexidade da vida, colocando nela muitas vezes responsabilidade através do não-aprendizado da criança, esquecendo que em torno da criança, existem múltiplos fatores que desencadeiam o ensino e aprendizado, o sucesso ou o insucesso.

Desta forma, a relação saudável entre família e escola é de fundamental importância, para evitar que o prejuízo recaia somente sobre o educando. Por um lado temos a escola produzindo resistências e rivalidades e, por outro lado, a família adotando atitudes de competições, que acabam refletindo no educando que sofre com os modelos e expectativas que a família lhe impõe diante da escolarização (OLIVEIRA, 2006).

Assim sendo, deve-se levar em consideração a pessoa do aluno e do professor, neste processo de aprendizagem, porque a forma de aprender está relacionada às características pessoais, tanto orgânicas como psicológicas e sociais. Para tanto, o professor deve ter consciência de que o indivíduo é um ser biopsicossocial que interage com o meio construindo gradativamente e concomitantemente suas estruturas afetivas e cognitivas.

2.6.1 Família e aprendizagem

É na família que a criança tem contato com as primeiras aprendizagens.

Segundo Visca apud Serra (2006 p. 101), diz:

É neste berço que ela também construirá seus valores. Desde o ingresso da criança na escola é necessário que a família autorize a ida de seu filho para esse novo espaço, caso contrário, a criança terá dificuldades de adaptação desde a sua entrada (VISCA apud SERRA, 2006, p. 101).

A participação dos pais na vida escolar dos filhos é fundamental para a aprendizagem, e participar não significa estar todos os dias na escola ou ensinar o dever de casa. Pais analfabetos também podem participar da vida escolar dos filhos organizando

formas para que eles tenham momentos de estudos diários em casa e conversando sobre a sua dificuldade com os professores (SERRA, 2006).

A importância que cada família dá à escola e ao ato de estudar também influenciará bastante no comportamento das crianças frente ao estudo. A criança ainda pode apresentar alguma dificuldade de aprendizagem, em virtude de problemas em seu contexto familiar, e nesse caso, a dificuldade na escola é apenas um sintoma de um problema maior, o paciente que precisa ser cuidado nesse caso é a família, e a criança é apenas o ser eleito para denunciar o problema existente.

Ou, ainda, uma criança pode apresentar dificuldades na escola porque dessa forma ela mantém a mãe ao seu lado para ajudar nos deveres de casa. Ter a família como parceira do processo educativo dos alunos facilita o trabalho da escola e amplia a capacidade de participação dos pais na vida escolar dos filhos.

Muitos pais se queixam que são chamados apenas para resolver problemas e dificilmente para receberem elogios. A criança sente grande prazer em ampliar os seus vínculos com a escola quando percebe que seus pais são valorizados pelo contexto escolar.

Para Rappaport *et al* (1982) o desenvolvimento cognitivo depende da estimulação propiciada pelo ambiente. A criança precisa ser exposta a um grande número de situações para desenvolver seus esquemas conceituais, e o ambiente familiar é indispensável a esse desenvolvimento. A escola pode ajudar a família a ter essa consciência e a promover um ambiente estimulador.

2.6.2 O papel da escola e da família

No caso da criança pequena, a família é sem dúvida, o principal agente socializador. Os pais têm a responsabilidade de fazer com que seus filhos desenvolvam características de personalidade e de comportamento, que sejam consideradas adequadas ao seu gênero e aos vários subgrupos culturais a que pertencem (religioso e classe social, etc.).

Conforme Souza e Martins (2006, p. 156) constatam que:

De maneira geral, é que o tipo de ambiente familiar, resultante da adoção, por parte dos pais, de um ou de outro tipo de práticas de criação infantil, resulta em maior ou menor competência da criança, para enfrentar situações diversas, bem como em sentimentos positivos ou negativos para consigo mesma (em termos de autoconceito). Assim as crianças mais saudáveis psicologicamente são aquelas cujos pais adotam práticas disciplinares consideradas democráticas. Isto é, usam explicação e reforço positivo, como atitudes predominantes, evitam os castigos

físicos, solicitam a participação das crianças em decisões familiares que lhe dizem respeito, tais como: atividades escolares, esportivas ou de lazer. Procuram fazer com que seus filhos se tornem competentes e independentes, levando em consideração a idade da criança, habilidades, etc. (SOUZA ; MARTINS, 2006, p. 156).

Segundo Bessa (2006) a educação compete à família e à escola, mas nem sempre tais instâncias se responsabilizam pela educação das crianças, criando o famoso “jogo de empurra” tão conhecida pelos educadores, no interior das escolas.

Tal fato dificulta e muito a construção, pela criança, das noções sociais necessárias ao seu desenvolvimento. Isso porque os pais esperam que a escola ensine as noções de certo e errado, de justiça e moral, e a escola, por sua vez, espera que os pais façam a mesma coisa antes de enviarem seus filhos ao convívio coletivo.

No meio deste jogo de empurrar está a criança, que sem ser ensinada corretamente pela família e pela escola, constrói a noção de que a regra é não ter regras, o que mais tarde gera na sociedade a impressão de uma criança sem limites.

Ora, os limites, como chamam, não são inatos, estes não nascem com a criança, precisam ser ensinados para que possam ser colocados em prática. Mais que isso, precisa ser cobrado para que a criança perceba a importância das regras sociais para o convívio em sociedade.

O professor deixa de ocupar o papel de grande árbitro e a prática da auto avaliação e da avaliação pelo grupo passa a ser construída no dia-a-dia escolar (SÁ, 2001).

A força do professor empenhado no bom desenvolvimento dos alunos está centrada no trabalho pedagógico, que ele realiza, e na relação afetiva que estabelece com os alunos. È por meio dessa relação que os pequenos se envolvem prazerosamente com as atividades, e que os maiores admitem que os guiemos por caminhos desconhecidos, os conteúdos, os novos conhecimentos.

Quando uma escola preocupa-se com o desenvolvimento do educando com um todo, devemos valorizar situações em sala de aula que conforme Souza e Martins (2006 p.187) destacam:

- Respeitem as diferenças, pois são elas que permitem aflorar questões como flexibilidade e aceitação.
- Aceitem os erros entendendo que é errando que se aprende.
- Valorizem situações de questionamento, porque é a partir daí que se constrói a reflexão, e se criam reais situações de aprendizagem. Neste ponto deveria ser o

Educador o primeiro a questionar tudo. Principalmente sobre si mesmo, seu trabalho e os seus educandos. Como está aprendendo, o que estão conseguindo acompanhar, o que precisam o que acham que sabem o que acham que não sabem, entre outros fatores considerados de suma importância para o ensino e aprendizagem.

- Valorizem formas de ensino que permitam situações motivadoras de aprendizagem. Pois cabe ao educador, pensar em situações e em formas de trabalhar os conteúdos que estimulem nos alunos a curiosidade e a vontade de aprender mais.
- Educadores que se preocupem com a formação dos educandos como estudantes, que ele aprenda como tirar melhor proveito dos conteúdos trabalhados, e de si mesmo, nas diferentes situações de sala de aula.
- Que valorizem os conhecimentos que os alunos possuem a respeito do que está sendo estudado.

Dentro deste contexto, a escola deve preocupar-se com o desenvolvimento integral dos educandos, ou seja, envolvendo o pedagógico mais o afetivo. Aprimorando um trabalho atento e amoroso. Transformando a tarefa de ensinar no grande desafio do desenvolvimento.

CAPITULO III

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA E A INSERÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

A Gestão democrática da Educação é um termo que, historicamente, vem se afirmando no âmbito da administração da Educação e no estudo das instituições e organizações, incluindo as educacionais, como sinônimo de administração e que se instala no mundo pensante com um sentido mais dinâmico, traduzindo movimento, ação, mobilização, articulação (FERREIRA, 2009).

Embora existam, na literatura, algumas discordâncias quanto à aplicação do conceito de gestão à Educação, hoje é preponderante seu emprego para exprimir a responsabilidade pela direção e pela garantia de qualidade da Educação e do processo educacional em todos os níveis do ensino e da escola.

Reivindicada pelos movimentos sociais durante o período da ditadura militar, a gestão democrática da educação, tornou-se um dos princípios da educação na Constituição Brasileira de 1988, a ser aplicada apenas no ensino público, abriu uma perspectiva para resgatar o caráter público da administração pública.

Assim, a gestão democrática estabelece o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública introduzindo a eleição de dirigentes escolares e os conselhos escolares, garante a liberdade de expressão, de pensamento, da criação e da organização coletiva na escola, e facilita a luta por condições materiais para aquisição e manutenção dos equipamentos escolares, bem como por salários dignos a todos os profissionais da educação.

A escola é uma instituição social com objetivo explícito do desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem de conteúdos, expressos em forma de conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores, para tornarem-se cidadãos participantes na sociedade em que vivem.

Logo, o alcance de seu objetivo está diretamente relacionado com a prática docente. A organização escolar necessária é aquela que favorecerá a interligação entre os objetivos e as funções da escola e a organização e a gestão do trabalho escolar. A qualidade dos processos de ensino e aprendizagem está diretamente ligada aos procedimentos pedagógico-didáticos implantados.

Conforme Libâneo (2003 apud NESPOLI, 2009, p. 137):

Uma escola bem organizada é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas, que permitam o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens (LIBÂNEO, 2003 apud NESPOLI, 2009 p. 137).

Estudos sobre elementos da organização escolar que interferem no desempenho dos alunos, feito em vários países, mostram que não existe um único padrão e que cada escola é uma escola, mas, no entanto, foi possível indicar características organizacionais úteis para a compreensão do funcionamento das escolas.

Algumas das características organizacionais segundo Nespoli (2009, p. 137):

- Professores preparados com as competências técnica, humana e política harmonizada.
- Existência de projeto político-pedagógico construído coletivamente e constantemente atualizado às necessidades da comunidade escolar.
- Estrutura organizacional e boa organização do processo de ensino e aprendizagem, que consigam motivar os alunos.
- Articulação entre a direção e a coordenação pedagógica visando aulas de qualidade.
- Disponibilidade de condições físicas e materiais que propiciem aos alunos.
- Oportunidades concretas para aprender.
- Organização curricular com conteúdos, habilidades e competências.
- Disponibilidade da equipe para aceitar inovações.

Algumas características da gestão democrática- participativa. Segundo Nespoli (2009, p. 138):

- Definição explícita, por parte da equipe escolar, de objetos sociopolíticos e pedagógicos da escola.
- Articulação da atividade de duração com a iniciativa e a participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela.
- Qualificação e competência profissional.
- Busca de objetividade no trato das questões da organização da gestão, mediante coleta de informações.

- Acompanhamento e avaliação sistemáticos com a finalidade da pedagogia: diagnóstico sobre o acompanhamento dos trabalhos, reorientação de rumos e ações, tomadas de decisões.
- Todos dirigem e são dirigidos, todos avaliam e são avaliados.
- Ênfase tanto nas tarefas quanto nas relações

Um fator relevante é a autonomia escolar, implicando uma gestão descentralizada. Esse tipo de gestão aplica processos de tomada de decisões compartilhadas, executa planejamento compatível com as realidades locais, introduz mudanças pedagógicas e administrativas e decide sobre utilização e controle dos recursos financeiros.

Conforme Nespoli (2009, p. 137) é preciso compreender que:

O aperfeiçoamento das práticas de gestão, a participação dos professores e os processos democráticos somente têm sentido se estiverem diretamente associados à melhoria das metodologias do ensino e aprendizagem; quanto aos aspectos pedagógico-didáticos internos à escola temos que ressaltar dois pontos: a relevância dos conteúdos e das inovações pedagógicas; o ideal de um ensino de qualidade para todos não caducou, porque a sociedade brasileira não cumpriu, ainda, as promessas inscritas na modernidade de autonomia e dignidade humana para todos. Participação dos Pais no Contexto Escolar e as influencias na Aprendizagem dos alunos (NESPOLI, 2009, p. 137).

Desta forma, quando se entende a gestão democrática como um processo que contribui com o sucesso da aprendizagem ela se torna um instrumento a serviço da qualidade da educação.

3.1. Gestão democrática da Educação: modalidades de participação da comunidade escolar

A questão da participação, em especial a partir de 1968, está permanentemente presente na discussão a respeito das formas de administrar.

Essa mudança significou uma revisão dos pressupostos teóricos do taylorismo e a sua substituição, mesmo que muito lentamente, por valores contemporâneos como flexibilidade, tolerância com as diferenças, relações mais igualitárias, justiça, cidadania, embora, ainda, em um contexto que envolve educação e trabalho.

Conforme destaca Ferreira (2009, p. 61):

Nunca mais o padrão de autoridade autocrático, hierárquico e formalista do taylorismo recuperou o seu antigo prestígio. A compreensão democrática vai conquistando seu lugar e mostrando as vantagens do trabalho coletivo e co-participativo na construção de todas as formas grupais e societária (FERREIRA 2009, p.61).

É importante delinear o conceito de participação, a fim de retirarmos dele o tom vago que muitas vezes o envolve. “Consideramos que participação é conquista para significar que é um processo no sentido legítimo do termo: infindável e constante “vir a ser”, sempre se fazendo, sempre se construindo” (FERREIRA, 2009).

Ainda para o mesmo autor, a participação é, em essência, autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente nem acabada. Participação é um processo de conquista, não somente na ótica da comunidade ou dos interessados, mas também na do técnico, do professor, do gestor, do intelectual, do aluno, dos pais, dos funcionários.

Todas essas figuras pertencem ao lado privilegiadas da sociedade, ainda que nem sempre o mais privilegiado. A maior virtude da Educação, ao contrário do que muitos pensam, está em ser instrumento de participação política. Nisso é condição necessária, ainda que não suficiente, para o desenvolvimento humano e social, pois a função fundamental da Educação é de ordem política, como condição de participação, como “incubadora” da cidadania, como processo formativo.

É desabrochar a cidadania com vistas à formação do sujeito do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres. Por isso, a participação em todas as suas diversas formas é um fator fundamental na formação para a cidadania.

A relação do conceito de participação com o conceito de cidadania é intrínseca e pode ser destacada na exposição de Demo (1999 apud FERREIRA, 2009, p. 62) sobre os componentes que fazem parte do projeto de cidadania:

- A) A noção de formação e não de adestramento, pois parte a da potencialidade do educando, assumindo-o como interessado primeiro do processo;
- B) A noção de participação, de autopromoção, de auto-definição, ou seja, o conteúdo central da política social, entendida como realização da sociedade participativa desejada;

- C) A noção de sujeito social, não de objeto, de paciente, de cliente, de elemento;
- D) A noção de direitos e deveres, sobretudo, os fundamentais, tais como os direitos humanos, os deveres de cidadão, o direito à satisfação das necessidades básicas, o direito à Educação etc.;
- E) A noção de liberdade, igualdade, comunidade que e leva à formação de consciências comprometidas com o processo de redução da desigualdade social e regional, com o desenvolvimento, a qualidade de vida e o bem-estar culturalmente definidos, com a satisfação das necessidades básicas e a garantia dos direitos fundamentais, inclusive justiça e segurança pública;
- F) A noção de democracia, como forma de organização sócio econômica e política capaz de garantir a participação como processo de conquista;
- G) A noção de acesso à informação e ao saber, como instrumentos de crescimento pessoal, da economia e da sociedade, bem como de participação política;
- H) A noção de acesso a habilidades capazes de potenciar a criatividade do trabalho visto aqui como componente cultural, mais do que simples elemento produtivo.

Percebe-se, a partir daí, que a gestão democrática da Educação se assenta no conceito de participação e no acima exposto.

Com essas compreensões, necessário se faz examinar as modalidades de participação na escola, pois a realidade interna à organização escolar é, evidentemente, complexa e precisa ser examinada em toda a sua complexidade para que a colaboração se efetive e a realização de todos se dê no trabalho coletivo.

Enfim, as relações entre a escola e a comunidade ampla e restrita dão-se de muitas formas, dependendo das forças atuantes num determinado momento histórico. A função social da escola é algo que se constrói com o próprio acontecer da história, em suas diferentes manifestações. Num mundo globalizado, novas demandas se colocam para a escola e para todos os que participam de sua gestão.

Novos pilares para a Educação no século XXI se afirmam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Esses pilares, como todas as demandas do mundo globalizado, da sociedade, acabam exigindo a participação efetiva de todos a partir de uma construção coletiva de um novo projeto de sociedade mais justa e humana (DELORS, 1998).

3.2 Instrumentos fundamentais à construção da gestão democrática: a prática pedagógica

Vivemos, hoje, a aurora de um novo milênio, época de profundas e aceleradas transformações, portanto, a escola não pode ficar alheia às mudanças que ocorrem nas sociedades e que afetam profundamente o modo de ser, de pensar, de sentir e de agir das pessoas.

Considerando que existe a consciência de que o trabalho pedagógico deve ser realizado no equilíbrio e na harmonia do desenvolvimento de cada ser humano, e que a rapidez das mudanças da sociedade brasileira interferem na formação de valores das crianças e adolescentes, torna-se necessário e urgente, repensar a prática pedagógica e os novos caminhos que permeiam e oportunizam o aguçar do senso-crítico da criatividade, e da expressividade dos educandos, para que atuem no mundo em que vivemos, com sabedoria e justiça e, assim, transformem o hoje e o amanhã em dias cada vez melhores.

De acordo com Freire (1998 apud ARAÚJO, 2009, p. 216):

Ninguém caminha sem estar aprendendo a caminhar. O legado que Paulo Freire nos entrega tem sua base na necessidade de descobrir o pensamento crítico e se apoia no processo contínuo de ação-reflexão-ação, uma realidade concebida como um espaço concreto, um momento histórico, que desafia o homem para a ação da transformação dessa realidade, fazendo-a mais de acordo com as necessidades humanas. “Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente vivendo, histórica, cultural e socialmente existindo, como seres fazendo do seu caminho que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam aos caminhos que estão fazendo e que assim os refaz também” (FREIRE, 1998apud ARAÚJO, 2009, p. 216).

Na educação, ao valorizar a prática pedagógica com enfoque reflexivo, considerando ação e reflexão como constituinte da práxis assume-se o compromisso de ser capaz de agir e refletir. É fundamental que o professor se reconheça como intelectual como sujeito social, que pensa criticamente a sociedade, a educação e sua prática pedagógica.

Nessa concepção, o professor não é um sujeito pronto e acabado, responsável somente pelo desenvolvimento cognitivo de seus alunos. Ao considerarmos a escola como lócus do conhecimento, devemos vê-la como um espaço político-reflexivo, no qual todas as pessoas dela participantes, especialmente professores e alunos, sejam mobilizados, incentivados ao estudo, como agentes críticos do ato de conhecer.

Não há como formar sujeitos se o professor não é ele próprio, sujeito. Não há como conquistar os alunos para uma posição crítica diante dos conhecimentos se o professor não tem essa mesma postura.

Na escola em que se tem por concepção a educação humanista, o estudo tem de ser uma prática constante, indagando que sociedade, escola e homens que querem construir com o trabalho educativo da escola.

Destaca Araújo (2009, p. 217):

É o referencial básico, a concepção adotada para refletir e avaliar a prática pedagógica e planejar ações coerentes aos ideais definidos pela equipe dessa escola. O estudo envolve ainda questões pertinentes à docência, à construção do conhecimento, à relação entre a sociedade e a educação e outros temas importantes à formação continuada do professor crítico. Lembrando-se sempre da necessária conexão à sua prática, problematizando o seu trabalho docente e o espaço da sala de aula (ARAÚJO, 2009, p.217).

A busca incessante por uma pedagogia reflexiva leva a um repensar da educação, não permitindo mais um pensamento dicotômico, linear, reducionista e fragmentado, mas sim por um pensamento complexo, que busca a totalidade, as interações, os desafios, encontros e desencontros do dia a dia, encontrando soluções aos problemas, levando em consideração a multidimensionalidade do real, abrangendo aspectos sociais, históricos, ecológicos e cerebrais.

Ainda para o mesmo autor, se o foco é o sujeito no coletivo, a aprendizagem e a construção do conhecimento só se justificam na realização de uma prática pedagógica voltada para o desenvolvimento humano como fator preponderante deste momento de transição.

A nova educação pressupõe o alcance de um novo patamar na história da evolução da humanidade, no sentido de corrigir os inúmeros desequilíbrios existentes, com base na compreensão de que se está numa jornada individual e ao mesmo tempo coletiva, o que requer o desenvolvimento de uma consciência relacional, pluralista, transdisciplinar e sistêmica, que traga maior abertura, uma nova visão da realidade a ser transformada, baseada na consciência da inter-relação e da interdependência essenciais que existem entre todos os fenômenos da natureza (ARAÚJO, 2009).

Uma educação que favoreça a busca de diferentes alternativas que ajudem as pessoas a aprender a viver e a conviver, que tenha como princípio a valorização do saber docente, a escola como o lócus fundamental da construção e a reflexão na e sobre sua ação, para que, então, se construa um novo profissional capaz de produzir e transformar o seu contexto e, principalmente, auxiliar o educando nesta transformação.

Acreditamos na vivência, imbuída de construção coletiva, envolvendo um aprendizado onde se destacam: o aprender a conhecer o aprender a conviver, o aprender a fazer e o aprender a ser (DELORS, 1998).

Relegando, dessa forma, uma concepção de formação meramente de transmissão de conhecimentos e assumindo uma formação de competências, transferindo da qualificação (saber-fazer) à competência, na qual o saber assume uma atribuição de sujeito e a relação cognitiva define-se sobre o modo de ser.

A competência, assim, é inseparável da ação e os resultados são mensuráveis pela capacidade de resolução de problemas em determinada situação. Assim, o professor instiga, interpela e questiona os alunos insistentemente, apresentando conhecimentos organizados. Para isso, o professor, em sua metodologia, deve sistematizar os elementos principais para a apropriação do conhecimento, levando os alunos a refletirem, a estabelecerem relações entre o aprendido e o novo aprendido e a tomarem consciência sobre suas ideias, descobertas, e ainda, a elaborarem outras.

Os professores que conseguem evoluir com a experiência têm capacidade de conhecimento prático, ou seja, a capacidade de resolver problemas pela integração inteligente e criativa do conhecimento adquirido de forma teórica com a técnica desenvolvida na atividade prática (ARAÚJO, 2009).

É esse tipo de professor que pretendemos, ou seja, reflexivo, capaz de construir e reconstruir conhecimentos e aplicá-los corretamente e obter melhores resultados em termos de aprendizagem dos seus alunos, que assume responsabilidades pessoais pelos resultados obtidos, comprometendo-se com a educação de forma responsável e profissional.

É papel da verdadeira escola e de todos que nela estão envolvidos a reflexão e análise constante da caminhada, pois crescer é evoluir, é explorar diferentes possibilidades, aprender os benefícios da vida em sociedade.

Dessa forma, num processo constante de reflexão e ação, estaremos oportunizando o crescer da pessoa e, conseqüentemente, da sociedade, colaborando para a construção de um mundo mais humano, justo e fraterno.

3.3 A Participação dos Pais no Contexto Escolar e as influencias na Aprendizagem dos alunos

A Sociedade mudou, assim como os nossos pais e alunos também mudaram. O numero de mulheres no mercado de trabalho, em algumas regiões do Brasil, muitas vezes, é superior ao numero de homens, sendo que muitas delas mantêm suas famílias sozinhas.

Em resumo, a família mudou bastante ao longo dos anos e isso nos faz pensar que as relações entre a escola e a família não são mais as mesmas.

Conforme Serra (2006, p. 17) relata que:

É comum ouvirmos queixas, por parte das escolas, sobre a pouca participação dos pais na vida escolar dos filhos, inclusive que nas reuniões de pais a frequência é baixíssima, e também é frequente ouvir dos pais que a escola possui alguma falha e que gostariam de ser mais ouvidos pelos professores (SERRA, 2006, p. 17).

Analisar sobre estes aspectos é necessário para o bem da aprendizagem do aluno. A interação entre pais e escola é de extrema importância, o aluno sente-se protegido, pois a aprendizagem é um processo que não restringe somente à escola.

A escola é apenas um meio que promove a aprendizagem, pois o processo é produzido no sujeito nas mais diferentes situações. O meio cultural ao qual pertence lhe impõe situações que são por ele transformadas, algumas em bens pedagógicos.

Para Oliveira (2006, p. 9) “partindo da concepção de aprendizagem, podemos conceituá-la como uma construção que nasce da interação de aspectos estruturais ou cognitivos e energéticos ou afetivos, reagindo num determinado contexto social”.

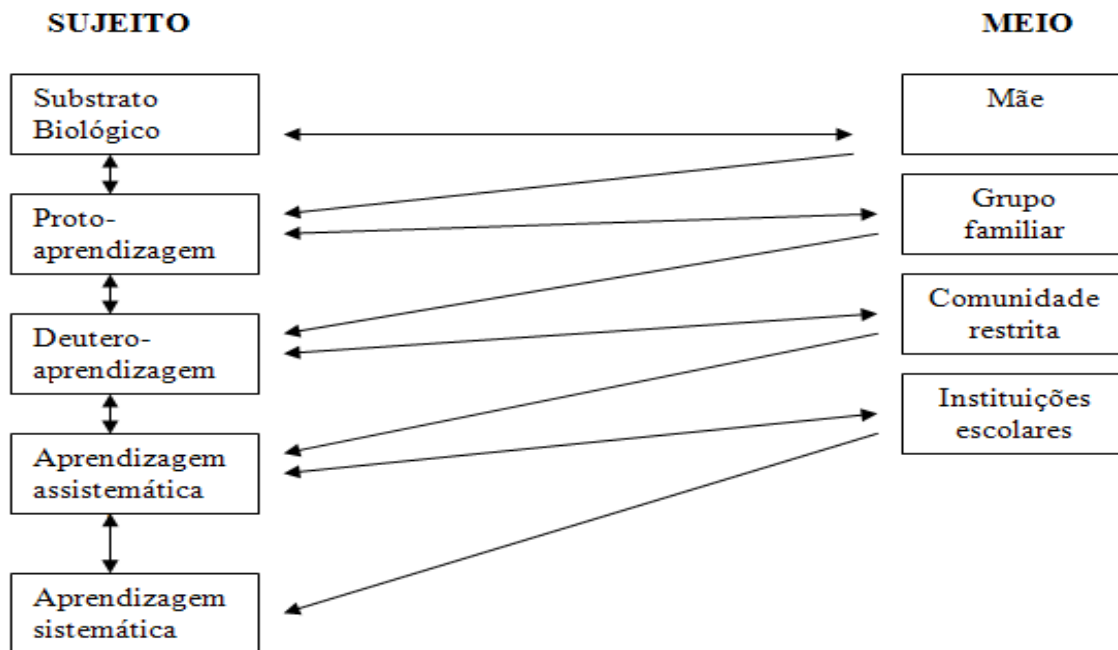
Segundo Visca (1991, p. 25), comenta que:

O esquema Evolutivo da Aprendizagem, respaldando teoricamente por estes três axiomas descritos, propõe que a partir do nascimento, quanto o sujeito, como organismo biológico, entra em contato com o meio na interação recíproca com a função materna, vai se estabelecendo como uma matriz de aprendizagem, a qual se torna um referencial para as aprendizagens futuras (VISCA, 1991, p. 25).

Assim, diante da afirmação de Visca (1991) a aprendizagem é um processo de continuidade genética que, com as diferenças qualitativas que vão sendo observadas na sua evolução, permite que se identifiquem quatro importantes níveis.

Estes níveis estão descritos na figura seguinte, conforme o Esquema Evolutivo da aprendizagem:

Figura 1 - Esquema Evolutivo da aprendizagem:



Fonte: Oliveira (VISCA, 1991 apud OLIVEIRA, 2006, p. 12).

A figura acima baseada nos ensinamentos de Visca (1991 apud OLIVEIRA, 2006, p.12) relata a relação entre o Sujeito aprendente e o meio no qual esta inserida. O primeiro nível, chamado de nível da Proto-aprendizagem, significa as primeiras aprendizagens, estas estabelecem a partir das primeiras relações vinculares (afetivas e cognitivas), até o momento que por transformações qualitativas o sujeito começa a entrar em contato com o seu meio familiar.

Neste momento é como se o sujeito estabelecesse um limite que segundo Visca (1991) expressa como se fosse “uma placenta biológica” a qual se constitui a partir do grau de sensibilidades entre o sujeito e sua mãe.

Permitindo um processo de enriquecimento do sujeito em função do qual se opera o crescimento psicológico. Implicando tanto em uma construção afetiva como cognitiva.

O segundo nível é o da Deutero-aprendizagem, ou seja, segunda aprendizagem, esta elaborada pelas trocas entre o sujeito que chega ao nível da Proto-aprendizagem, e seu grupo familiar.

Neste nível leva a criança a desenvolver suas invariantes funcionais, ou seja, a linguagem aparece quando o sujeito começa a dar nome às coisas, por meio das primeiras palavras vai criando categorias conceituais que o ajudam a dar unidade ao pensamento, e por fim a imagem mental.

Este segundo nível auxilia o ser em uma maior capacidade de relacionamentos ampliando o seu universo de aprendizagens. E, esta no fato da criança tomar como principal objeto de interação os membros do grupo familiar e as relações do mesmo entre si.

A vinculação com a mãe ainda tem continuidade, porém adota também na maioria dos casos, permitindo a participação de terceiros. No terceiro nível denominado o nível da aprendizagem assistemática, internaliza uma instrumentalização que lhe fornece conhecimentos, atitudes e destrezas permitindo-lhe um acesso à sociedade culturalmente definida.

Segundo Visca (1991) no processo das aprendizagens assistemático é de extrema importância para o desenvolvimento do Ser Humano, para que as aprendizagens sistemáticas realizem-se com verdadeira significação, permitindo sua instrumentalização em função da cultura, a qual o sujeito pertence.

Aqui, evidencia-se que a modalidade de aprendizagem nasce na forma que o sujeito opera com a realidade nas aprendizagens assistemáticas. No quarto nível, ou seja, na aprendizagem sistemática, esse nível realiza transformações dos bens culturais de uma sociedade em bens pedagógicos, tendo como base as aprendizagens instrumentais da leitura, escrita e conceitos matemáticos.

Com a sistematização deste último nível tem-se o fechamento do esquema que propõe a aprendizagem como um processo evolutivo, tendo seu início nas primeiras interações do sujeito biológico com a função materna, que o acolhe, estabelecendo uma matriz de aprendizagem.

A noção se constrói sobre um processo de aprendizagem respaldado pelo conhecimento das possíveis condutas aprendíveis do sujeito, dentro de um contexto sociocultural (OLIVEIRA, 2006).

Portanto, é dentro deste contexto apresentado, que inferimo-nos no processo educativo, pois a escola necessita ser um local de relações afetivas, e o professor antes de exercer sua profissão, precisa estar intimamente consciente de seu papel diante da sociedade. Para educar é preciso falar a linguagem do aluno, considerando a diversidade cultural e as contradições sociais.

É necessário que se busque construir o conhecimento a partir das vivências e experiências dos alunos, e ensinar o que tem sentido o que tem significado para a vida.

É neste sentido que a família e a escola devem se preocupar com a socialização de suas crianças. Porém, quando se fala em socialização, não se refere apenas o contato da criança com outras, mas a este contato mediado pelas regras que vão sendo ensinadas.

Assim, socializar significa apresentar à criança as regras sociais, presentes nas relações familiares, e nas relações estabelecidas com as outras pessoas (BESSA, 2006).

3.4 Participação e Gestão Democrática Escolar

O termo participação significa fazer parte de, tomar parte em, fazer, saber, informar e/ou anunciar (CUNHA, 1994). É fazer parte de uma ação coletiva, uma ação conjunta de um fazer, que também é conjunto e que se destina a todos. Significa ação conjunta de um fazer que exercite e ensina a ser.

Segundo Cunha (1994 apud Ferreira, 2009, p. 55):

A participação tem um caráter instrumental. Isto é, ao participar, exercita-se um direito de cidadania, responsabilizam-se quem o faz, sobre o que faz e o que necessita ser feito nesse fazer conjunto aprende-se a colaborar com outras pessoas e se aperfeiçoa na convivência com os demais. A participação, não é somente um processo de atuação de caráter técnico. Possui um caráter e um compromisso social arraigado em valores humanos que são públicos, democráticos, solidários e não podem, nem devem refletir interesses individualistas (CUNHA, apud FERREIRA, 2009, p.55).

Assim sendo, o sucesso de uma escola é medido pelo desempenho de seus alunos por meio da participação. Se os alunos, cada um no seu ritmo, conseguem aprender continuamente, sem retrocessos, a escola é sábia, participativa e respeitosa.

Se suas crianças e jovens são freqüentadores assíduos das aulas, seguros de sua capacidade de aprender e interessados em resolver os problemas que o professores lhes propões, ela está cumprindo o papel de torná-los pessoas autônomas, capazes de aprender pela vida toda (FERREIRA, 2009).

Ainda para o mesmo autor, se os alunos estão sabendo ouvir, discordar, discutir, defender seus valores, respeitar a opinião alheia e chegar a consensos, ela pode se orgulhar de estar formando cidadãos.

E, mais que tudo, se ela conseguir oferecer uma Educação, independentemente de sua origem social, raça, credo ou aparência, certamente é uma escola de sucesso. Esse sucesso, entretanto, é uma construção que se faz por meio da participação e da gestão escolar.

Dependem da participação de toda a equipe escolar Participação e gestão democrática escolar: conceitos, potencialidades e possibilidades e, sobretudo, da atuação de suas lideranças.

Os gestores precisam trabalhar com os professores a concepção da escola que desejam programar e, de acordo com essa concepção, como se definirá o projeto pedagógico da escola e o trabalho pedagógico de todos os profissionais da Educação que atuam nessa escola, de maneira a promover a aprendizagem contínua dos alunos.

Compete a todos os líderes e gestores da escola discutir e implantar formas de avaliação, não só para cumprir exigências legais como para responder à necessidade que cada escola tem de obter um diagnóstico de sua atuação, para que possa reforçar seus pontos fortes e corrigir seus rumos, quando necessário (FERREIRA, 2009).

Para isso, faz-se necessário construir uma gestão da Educação que perpassa, democraticamente, todos os espaços escolares e criar uma Educação que é simultaneamente disciplinada e amorosa. Uma Educação disciplinada e amorosa e uma gestão da Educação competente são resultados da participação de todos os envolvidos: professores, alunos, funcionários, pais e todos os que são responsáveis por uma “ação” que se desenvolva na e para a escola (FERREIRA, 2009).

Para isso, os profissionais da Educação que trabalham na escola necessitam dedicar sua vida de educadores engajados em atividades educacionais organizadas em torno de princípios pedagógicos e sociais democráticos, nos quais acreditam fervorosamente.

Numa sociedade democrática, nenhum indivíduo ou grupo de interesses pode reivindicar a propriedade exclusiva do saber e dos significados possíveis.

Da mesma forma, um currículo democrático inclui não apenas o que os adultos julgam importante, mas também as questões e interesses dos jovens em relação a si mesmos e ao seu mundo.

Uma gestão escolar democrática propõe aos jovens que abandonem o papel passivo de consumidores do saber e assumam o papel ativo de: elaboradores de significados, participando, efetivamente, de todo o trabalho e da organização escolar.

Uma gestão escolar democrática reconhece que as pessoas adquirem conhecimento tanto pelo estudo de fontes externas quanto pela participação em atividades complexas que requerem a construção de seu próprio conhecimento.

Destaca Ferreira (2009, p. 55):

Dessa forma, o modo de vida democrático inclui o processo criativo de buscar formas de ampliar horizontalmente e verticalmente os valores da democracia. Mas esse processo não é apenas a participação numa conversa eventual sobre qualquer coisa, pelo contrário, é considerar de forma inteligente e reflexiva os problemas,

eventos e questões que surgem no decorrer de nossa vida coletiva. Uma gestão escolar democrática é participativa porque envolve oportunidades constantes de explorar essas questões, de imaginar respostas e problemas, e de colocar essas respostas em prática (FERREIRA, 2009, p.55).

Apesar das afirmações democráticas sobre igualdade de oportunidades, muitos obstáculos ainda bloqueiam o caminho dos jovens desprivilegiados de nossas escolas. Faz-se necessário transformar as condições antidemocráticas na escola e na sociedade, por meio do desenvolvimento de uma consciência aguda de que essas condições, assim como os obstáculos a um acesso mais amplo, precisam ser enfrentadas até serem transformadas.

Por esse motivo, uma gestão escolar democrática possibilita aos alunos tornarem-se instruídos e com muitas habilidades, inclusive aquelas requeridas pelas guardiãs do acesso socioeconômico, por meio da participação de todos na construção coletiva do projeto e de todo o trabalho pedagógico (FERREIRA, 2009).

Os educadores democráticos, enfim, vivem com a tensão constante de proporcionar um ensino significativo para os jovens, ao mesmo tempo em que transmitem conhecimentos e habilidades esperados pelas poderosas forças educacionais.

Para isso é preciso lembrar: quem somos nós? A gestão escolar democrática que se desenvolve e se realiza por meio da efetiva participação comprometida de todos precisa basear-se numa definição abrangente do conceito de nós, num compromisso de construir uma comunidade que é tanto da escola quanto da sociedade onde ela existe.

Faz-se necessário desta forma pautar-se em um conjunto de valores definidos em termos amplos, postos em prática, ou seja, aumentar a participação nos movimentos sociais e na escola, fortalecer indivíduos e grupos em geral silenciados, criar novas formas de articular o mundo real e os problemas sociais reais com a escola, de tal maneira que esta esteja integralmente vinculada às experiências das pessoas em suas vidas cotidianas (CUNHA, 1994).

3.5 A importância da família na construção de uma comunidade democrática de aprendizagem

A expressão comunidade de aprendizagem está associada à ideia de participação ativa de professores, especialistas, família e alunos, nas decisões relacionadas com a vida da escola.

Esse compartilhamento possibilita à escola, como um todo, adquirir experiência, acumular recursos cognitivos e operacionais, construir competências coletivas. Ou seja, a instituição torna-se uma organização aprendiz, uma organização aberta a ideias, a participação, a coletividade para um melhor andamento e tomada de decisão sobre o futuro da escola, num processo ensino e aprendizagem.

É importante observar o valor da comunicação com professores, pais e alunos visando à transparência nas decisões da gestão. Saber comunicar-se com os outros e saber ouvi-los, objetivando a melhoria da rede de relações na escola. Esta comunicação como característica dos processos de gestão, no que diz respeito às normas e rotinas administrativas.

Segundo Libâneo (apud NESPOLI, 2009, p. 72) a construção de uma comunidade de aprendizagem requer:

Consenso mínimo sobre os valores e objetivos, estabilidade do corpo docente e tempo integral numa escola, metas pertinentes, claras e viáveis, capacitação de docentes para o trabalho em equipe e em habilidades de participação e promoção de ações sistemáticas de formação continuada para o desenvolvimento profissional.

Neste sentido, os pais podem participar da vida da escola de dois modos: informal e formal. Informal pelo contato com os professores para acompanhamento do desempenho escolar dos filhos, e formal quando faz parte da Associação de Pais e Mestres e do Conselho da escola.

Portanto, numa gestão democrática visando à participação, não basta haver uma equipe. É preciso que se consiga da equipe o compartilhamento das intenções, de valores e de práticas. Liderança é a capacidade de influenciar, motivar, integrar e organizar pessoas e grupos, a fim de trabalharem para a consecução de objetivos. No exercício da direção ou da coordenação, o líder precisa saber articular responsabilidades individuais com a responsabilidade coletiva: Família e Escola, como também lidar com os conflitos e diferenças, uma vez que a busca de consenso implica o enfrentamento de posições muitas vezes opostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola não é um sistema isolado, independente. É uma peça da engrenagem maior, a sociedade. A importância da família é sem dúvida o fator chave no processo ensino e aprendizagem da criança. Pois é na família que a criança começa a ter suas primeiras aprendizagens.

Uma atmosfera familiar é boa quando o pai faz o papel de pai e a mãe seu papel de mãe, isto é, sendo eficazes em seu trabalho, corretos em suas interações com outras pessoas, respeitáveis em seu mundo, compreensivos e carinhosos.

O casal deve harmonizar-se bem e, como instrutor de seus filhos, deve enfatizar valores de responsabilidade e justiça, os pais devem dar chances aos filhos de esclarecimentos, para depois, colocar a verdadeira versão dos fatos, caso ocorra algum mau entendimento. Usar sempre da honestidade para com seus filhos, para que estes também façam uso dela. E principalmente os pais devem ter curiosidade na aprendizagem dos seus filhos.

Os pais devem encorajar a participação da criança nas discussões de família e os seus esforços centrados no desenvolvimento, cognitivo e afetivo da criança. Carinho, acessibilidade são fatores importantíssimos numa educação adequada.

As crianças precisam ter limites, pois não castigar não significa deixar fazer de tudo, por isso, os limites devem ser impostos de forma gradual e compatível com o seu desenvolvimento.

Uma criança acostumada a ter todas as suas vontades satisfeitas em casa, vai querer a mesma coisa quando for à escola. Por isso o ensino e aprendizagem, iniciam-se na família, e ela é de extrema importância para o bom andamento da aprendizagem da criança.

Segundo Teles (1987, p. 67):

A educação ideal desenvolve-se basicamente numa atitude tal que faça a criança respeitar os pais, sem ter medo deles. Muita delinquência infantil e juvenil é consequência da falta de respeito e afeição pelos pais. Esta falta de respeito leva à mesma atitude em relação aos professores e, após o período escolar, à sociedade (TELES, 1987, p. 67).

A percepção sobre os processos de aprendizagem das crianças, resgatando a família no papel educacional, diferenciando as múltiplas formas de aprender e respeitando as diferenças dos filhos. É dentro desta concepção que analisamos a importância da família no processo ensino e aprendizagem do educando.

A família é uma organização que permite que a sociedade sobreviva e se reorganize sempre acompanhando a evolução histórica e social de seu tempo. A escola cada vez mais necessita inserir-se e estudar como ocorrem às relações interpessoais nestes ambientes, pois a maior parte do conhecimento básico ocorre na infância e na adolescência.

A criança ao ingressar na escola, leva consigo uma história vivida dentro do seu grupo familiar. Se a sua história transcorreu sem problemas, a criança naturalmente terá sua autoestima elevada, autoconfiança, responsabilidades diante dos fatos, ou seja, sem medo de superar os obstáculos, isto é, com condições psíquicas que venham a contribuir com o aprendizado escolar.

Fora da escola o conhecimento é produzido a partir das necessidades imediatas da vida humana. O saber escolar embora possa e deva ter relações com a vida dos que frequentam a escola, muitas vezes, se apresenta como distante dela.

Se o conhecimento da escola se distânciava das necessidades da vida dos alunos, impedindo que eles o assimilarem, o rendimento escolar será marcado, necessariamente, pela exclusão daqueles que deveriam dominar esse conhecimento, reproduzindo a vida desigual na sociedade.

A escola, em seu cotidiano, é um lugar de inúmeras e diversificadas práticas. Essas, por sua vez, não se sustentam sem uma concepção de sociedade ou de mundo. Esta diversidade de práticas está em permanente movimento no cotidiano da escola, seja para seu êxito, seja para seu fracasso.

As práticas de gestão fazem parte desse cotidiano e devem servir para estimular os novos conhecimentos dos alunos através da participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do educando.

Por isso, o bom acompanhamento da família frente à criança tanto em casa como na escola, proporciona um desenvolvimento satisfatório, estruturando a criança na busca, no desejo de conhecer, de saber. A criança ingressa na escola com um desenvolvimento construído a partir do intercâmbio com o meio familiar e social. Assim sendo, cabe reforçar que nenhuma família ficará satisfeita diante de um comportamento inadequado, isto é, um filho “difícil”, mesmo que aparentemente pareça estar.

Na maioria das vezes muitos pais já fizeram tudo o que sabiam para modificar os comportamentos ditos “anormais” de seus filhos e sentem-se frustrados. Neste caso, a família deverá ouvi-lo e ampará-lo. Muitas vezes a família não conseguirá solucionar e/ou modificar tais comportamentos. É preciso ter muita paciência com os filhos que apresentarem

comportamentos agressivos, pois com certeza, eles sentem-se angustiados em relação a si mesmos.

Nesse sentido, a família e a escola deverão procurar estratégias mais coerentes para o desenvolvimento sócio afetivo da criança, que atendam as necessidades delas. Num exercício de práticas de gestão democrática e participativa a serviço de uma organização escolar, que melhor atenda à aprendizagem dos alunos, com conhecimentos, habilidades e procedimentos práticos, fazendo com que a criança torne-se o centro do processo, e a família e a escola, complementos na busca de soluções para o bom êxito de todo o procedimento.

O trabalho nas escolas envolve, ao mesmo tempo, processos de mudança nas formas de gestão e mudanças nos modos individuais de pensar e agir. Em razão disso, a formação docente, tanto a inicial como a continuada, precisa incluir, com o estudo das ações de desenvolvimento organizacional, o desenvolvimento de competências individuais e grupais, para que os professores possam participar de modo ativo e eficaz da organização e da gestão do trabalho na escola, buscando a participação da família no processo de ensino e aprendizagem.

A família é a base de tudo, o alicerce de uma grande construção, deve acompanhar todo o crescimento da criança. Desta forma deve participar ativamente na escola e na sociedade. No entanto a Família e a escola devem trabalhar juntas, harmoniosamente, para a constituição de uma sociedade mais justa e mais humana.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. Modelos de gestão: **qualidade e produtividade** / Maria Cristina Munhoz Araújo. 2. ed. – Curitiba, PR: IESDE, 2009. 268 p.
- BARBOSA, Jane Rangel Alves. /**Didática do Ensino Superior**. /Jane Rangel Alves Barbosa. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006. 124 p.
- BESSA, Valéria da Hora. / **Teorias da Aprendizagem**. /Valéria da Hora Bessa. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.
- BOCK, A. **Psicologias**. São Paulo: Saraiva 2001.
- CECCON. C.; OLIVEIRA. M.; OLIVEIRA. R. **A vida na escola e a escola da Vida**. Instituto de Ação Cultural (IDAC) São Paulo. Ed. Vozes Ltda. Petrópolis: 1982. 4ª Ed.
- CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira Da Língua Portuguesa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- DELORS, Jaques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. / **Gestão Educacional e Organização do Trabalho Pedagógico**. / Naura Syria Carapeto Ferreira. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 76 p.
- GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um Projeto Político-Pedagógico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- LIBANÊO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1998.
- NESPOLI, Ziléa Baptista. / **Pedagogia e Empreendedorismo**. /Ziléa Baptista Nespoli. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 168 p.
- OLIVEIRA, Mari Ângela Calderari. **Intervenção psicopedagógica na escola**/Mari Ângela Calderari Oliveira. – Curitiba: IESDE, 2006.
- PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional**. São Paulo: Editora Ática S.A., 2000.
- RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W. F.; DAVIS, C. **A idade escolar e a adolescência**. São Paulo: EPU, 1982. V.4.
- SÁ, M.S.M.M. Piaget e a construção do homem: conhecimento, afeto e moral. *In*: Maciel, I. M (org.). **Psicologia e educação**: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro; Ciência Moderna, 2001.
- SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos teóricos e metodológicos da educação infantil**/ Márcia Teixeira Sebastiani. 2. Ed. – Curitiba, PR: IESDE, 2009. 284 p.

SERRA Dayse Carla Gênero. **Teorias da psicopedagógica institucional**/Dayse Carla Gênero Serra – Curitiba: IESDE, 2006.

SOUZA. Márcia H.; MARTINS. Maria A. M. **Psicologia do Desenvolvimento**. – Curitiba: IESDE, 2006. 204 p.

TELES. Antônio X. **Psicologia Moderna**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1987.

VISCA, J. **Psicopedagogia**: novas contribuições. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.